

AS CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS E AS FONTES PARA A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO

Grazieli Cristina Magalhães da Silva
Orientanda
Projeto de Iniciação Científica –UEM
Moacir José da Silva, orientador

O presente artigo tem por finalidade abordar as fontes da pesquisa histórica sob a ótica de algumas das principais correntes do debate historiográfico, além de analisar a diferenciação dos pesos e das prioridades que diferentes escolas de pensamento atribuem às fontes da pesquisa histórica. Sendo assim, nos debruçaremos sobre as obras de Certeau (2002), Chartier (1990), Hayek (1952), Le Goff (1998) e Mises (2007) no intuito de mostrar quais os tipos mais adequados, quais as fontes mais relevantes para a reconstrução mais profunda, adequada e imparcial do passado. As fontes serão aqui analisadas sobre a ótica de duas das principais correntes historiográficas da atualidade: a escola dos *Annales* e a Escola Austríaca de História para a obtenção de uma reflexão sobre o nexos entre os pressupostos principais destas escolas e a questão da escolha das fontes de pesquisa. O enfoque recairá sobre essas duas escolas clássicas de pensamento que, agrupadas, formam um conjunto de referenciais metodológicos clássicos para um extenso rol de estudos historiográficos. De acordo com isso, este artigo dividir-se-á em três fases, todas elas voltadas para a diferenciação de aspectos metodológicos no campo das fontes de pesquisa em teorias da história. Num primeiro momento serão caracterizados os referenciais teóricos de alguns autores da escola dos *Annales*; na sequência procederemos a análise da Escola Austríaca de História; ao final serão contrapostas as duas correntes interpretativas caracterizando e diferenciando o modo como propõem o uso das fontes de pesquisa para o historiador.

Palavras-chave: Teorias da História, fontes, historiografia.

1. AS FONTES DE PESQUISA HISTÓRICA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA DOS ANNALES

A revista *Annales* surge na França em 1929 tonando-se conhecida mais tarde por Escola dos *Annales*. Ela surge pela iniciativa de Marc Bloch e Lucien Febvre, ainda na década de 20, de criticar a história política que analisava situações históricas complexas e as reduzia a simples jogos de poder entre os grandes homens, grandes feitos, grandes fatos, esquecendo que a história não é feita somente por esses, e sim pelos indivíduos que se entendem em coletividade. Assim, diz Peter Burke, havia a necessidade de uma história mais abrangente e totalizante, que nascia justamente da complexidade do homem e

que a história política já não mais conseguia explicar sua maneira de sentir, pensar e agir (BURKE, 1992, p. 13).

Fazer essa nova história na expressão do autor era redescobrir o homem na sua plenitude e virtualidades, abrindo-se uma gama de possibilidades do fazer histórico que vê a “necessidade de buscar em outras ciências do homem os conceitos e os instrumentos que permitiriam ao historiador ampliar sua visão do homem” (BURKE, 1992, p.7).

Esse pensamento vem de encontro com o pensamento da história positivista que insistia em tratar as Ciências Humanas com procedimentos das Ciências Exatas. Tendo como objetivo fazer da História uma ciência, torná-la objetiva e exata. Assim como demonstra Jose Carlos Reis:

“Acreditavam os ditos “positivistas”, parece que isso era possível. Acreditavam que, se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, obteriam um conhecimento histórico objetivo, uma reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva. O historiador, para eles, narra fatos realmente acontecidos e tal como eles se passaram” (REIS, 1996, p. 14).

Segundo Pascal Payen objetivo de transformar a História em ciência se deu decorrente a influência herdada das Luzes e da Revolução Francesa, na linha de progresso, principalmente o espírito científico (PASCAL, *on line*, 2014, p. 104).

Então para a Escola dos Annales a intenção é diversificar o fazer historiográfico, analisando a História com um olhar diferente do positivismo. E para tal análise observaremos de forma bastante resumida a Escola dos Annales nas suas diferentes gerações dando ênfase somente na terceira geração.

1.1 Escola de Annales – Primeira geração (Marc Bloch, Lucien Febvre)

Como mencionado, a criação da Escola por Bloch e Lucien Febvre teve como objetivo promover uma nova espécie de história intensificando o fazer histórico e a aproximação com outras ciência, assim como a substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos políticos militares, dos grandes feitos e dos grandes homens. A colaboração com outras disciplinas tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social e tantas outras disponibilizaram um abrangente campo de pesquisa (BURKE, 1992, p.11).

Os Annales tomam como empréstimos os conhecimentos dessas outras ciências para a construção mais profunda, adequada e imparcial do passado. Trabalha com a história-problema que se opõe a narrativa da história tradicional – o positivismo.

A história narrada, segundo Reis, era realizada conforme os grandes eventos e de forma linear, sem a explicação da configuração do acontecimento, ou seja, sem a observação do que “por que” ocorrera o fato, ele apenas era descrito. Na história-problema, ainda segundo Reis, o historiador escolhe seu objeto do passado e o interroga a partir do presente a qual o faz selecionar possíveis respostas através das fontes.

Reis demonstra que para Febvre:

[...] “a história pode ser feita com todos os documentos que são vestígios da passagem do homem [...] Para isso, usará os documentos não só de arquivos, mas também um poema, um quadro, um drama, estatísticas, materiais arqueológicos (REIS, 2000, p. 77).

A Escola de Annales passa a defender que toda a vivência humana é portadora de uma história. Objetivando uma pesquisa interdisciplinar com outras ciências pode desfrutar de uma história com novas problematizações e novas fontes, que até então estavam vinculadas apenas a política e a economia, utilizando-se somente de fontes históricas oficiais. Com essa crítica, a narrativa tradicional passou a ter novas problematizações, como por exemplo a história da mulher, da criança, do social, etc. Para essas novas problematizações precisara-se também de novos métodos e conseqüentemente novas fontes históricas – novos objetos, novas fontes, novos métodos.

1.2 Escola dos Annales – Segunda geração (Braudel)

Influenciado pela primeira geração Braudel almejou construir uma história total, buscando respostas nas grandes estruturas do passado para entender o presente. Foi líder da Escola entre 1956 e 1969 e considerado o maior historiador do século XX.

Peter Burke na sua obra “A Escola dos Annales” destaca que segundo Braudel a aliança entre a história e as ciências sociais trouxe uma “contribuição especial do historiador às ciências sociais, que é a consciência de que todas as estruturas estão sujeitas a mudanças, mesmo que lentas [...] eu que este “desejava ver as coisas em sua inteireza, integrar o econômico, o social, o político e o cultural” do que ele chama de “história total” (1992, p. 38).

Burke ainda destaca que Braudel durante sua liderança na Escola dos Annales rompeu com as fronteiras tradicionais da história econômica deixando de lado as categorias tradicionais de “agricultura”, “comércio” e “indústria”, substituindo-as pela “vida diária”, o povo e as coisas, “coisas que a humanidade produz e consome”, alimentos, vestuários, habitações, ferramentas, moeda, cidade... (1992, p. 38) (grifo do autor). Dando ênfase a que Braudel denominou de geo-histórica onde afirma que “a verdadeira matéria de estudo é essa história do homem em relação ao seu meio, uma espécie de geografia histórica”. Influência que se dará a terceira geração somando-se ao que podemos chamar de “história cultural”.

1.3 Escola dos Annales – Terceira geração (Michel de Certeau, Roger Chartier e Jacques Le Goff)

A terceira geração dos Annales será aqui representada por Michel de Certeau, Roger Chartier e Jacques Le Goff. Este último substituiu a liderança de Braudel.

Esta geração diferencia-se das outras gerações assim como destaca Burke pela “redescoberta da história das mentalidades, a tentativa do emprego de métodos quantitativos na História Cultural que terá uma reação contrária a tais métodos e o resgate da narrativa e da política” (1992, p.57).

Como afirma Braduel que “a história pode ser feita com todos os documentos que são vestígios da passagem do homem” e não somente as fontes históricas oficiais, todos os vestígios passam a serem consideradas fontes históricas, porém Peter Burke destaca:

Os historiadores quantitativos podem contar as assinaturas nos registros de casamentos, os livros em bibliotecas particulares, os que comungam na Páscoa, as referências ao juízo divino, etc. O problema que permanece é de saber se essas estatísticas são indicadores seguros de alfabetização, de religiosidade, ou qualquer coisa que o historiador queira investigar (BURKE, 1992, p. 65).

Afirmando isto podemos observar no decorrer das gerações da Escola dos Annales a apresentação de novas fontes. E que para o estudo delas foi preciso também apresentar novos métodos que validem essas novas fontes históricas.

A terceira geração vai ser marcada pela história das mentalidades e que também pode ser chamada de história cultural, concentrando-se assim no social, ou seja, o estudo da cultura de determinada sociedade e sua mentalidade sobre essa cultura.

1.3.1 As fontes de pesquisa história na perspectiva da terceira geração dos Annales

Segundo Burke já nos meados do século XVIII alguns intelectuais e escritores começaram a “preocupar-se com o que denominava a “história da sociedade”. Uma história que não se limitava a guerras e à política, mas preocupava-se com as leis e o comércio, a moral e os costumes” (1992, p. 11), uma história da sociedade.

Para essa nova história Michel de Certeau explica em sua obra “A escrita da história” que este é o estudo da escrita como prática da história, definindo-o como historiográfica (DE CERTEAU, 2002, p. 09).

O autor retrata que a “explicação do passado não deixa de marcar a distinção entre o aparelho explicativo (historiador), que está no presente e o material explicado, documentos relativos a curiosidade que concernem aos mortos (passado)” (DE CERTEAU, 2002, p. 20). E que a “leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (DE CERTEAU, 2002, p. 33).

Sendo assim para De Certeau “o real que se escreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar de produção” como exemplo a situação francesa. Será observada suas estratégias sociais, seus símbolos, suas referências, seus poderes de relações para a partir daí caracterizar o lugar da escrita (DE CERTEAU, 2002, p.20), ou seja, o historiador parte da escolha do presente para analisar o passado. É através de seu presente que analisara o exemplo da situação francesa com a escolha de um objeto, um período e a junção das fontes históricas escolhidas que dará suporte para tal análise. Tais escolhas são feitas através de um ambiente social vivida pelo historiador.

Este real o autor ira dividi-lo em duas posições. “O real enquanto *conhecido* (aquilo que o historiador estuda, compreende ou “ressuscita” de uma sociedade passada e o real enquanto *implicado* pela operação científica (a

sociedade presente a qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente uma prática de sentido” (p.45). Segundo De Certeau a primeira trata-se de um resultado da análise, ou seja, todo o conhecimento adquirido pelo historiador durante seus estudos podendo assim conhecer como determinada sociedade vivia no passado. Já o segundo será a forma que o historiador irá descrever esse resultado, qual será a teoria, o método e as fontes eleitos pelo pesquisador – as práticas científicas.

Na continuidade do raciocínio do autor este informa que, a história é como uma operação é preciso compreendê-la através da relação entre um lugar que se implica a um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural: um meio, uma profissão, uma categoria, etc. E que definido este lugar será proposta a escolha dos métodos, das fontes e a problemática.

Então podemos entender assim como explica Jose D’Assunção Barros que a expressão “lugar de produção” utilizada por De Certeau remete que ao historiador em sua prática historiográfica escreve a partir de um lugar, “e que este está inscrito em uma sociedade e em uma comunidade historiográfica atualizada por sua própria época e de uma intertextualidade que o influencia de várias maneiras” (BARROS, *on line*, p. 409, 2014).

A historiografia segundo De Certeau vai referir-se a combinação de um lugar social e de práticas científicas, esta última como um procedimento de análise e construção de um texto, a história vista como uma disciplina (p.66). E para tal prática haverá a necessidade de uma metodologia e de seleções de fontes.

Definido o lugar de produção será preciso determinar os documentos que serão trabalhados na pesquisa. Onde “qualquer afirmação do historiador deve ser proposta a partir de uma base documental; da mesma forma que as hipóteses por ele levantadas devem ser comprovadas ou admitidas como aceitáveis a partir do seu trabalho com as fontes”. Pois são as fontes que darão a base científica da História, ou seja, que legitima o discurso do historiador (BARROS, *on line*, p. 411, 2014).

Como já afirmado anteriormente, para De Certeau as fontes tem que estar intimamente ligada a problematização, juntamente com o objeto da pesquisa. E que cada pesquisa vai determinar a escolha das fontes. Afirma ainda que “uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso”, logo a “prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade”. (2002, p. 74). Sendo assim o autor defende um modelo subjetivo, pelo qual toda a interpretação depende de um sistema de referência.

Como citado no início deste estudo a Escola de Annales vai contra a história tradicional (da política, dos grandes feitos e grandes homens). Passa a trabalhar com novas abordagens, novos problemas, novos objetos, onde todo os tipos de vestígios inscritos no passado auxiliaram o historiador na busca de compreender o passado.

Outro autor que também trará contribuição para essa nova abordagem e consequentemente novas fontes históricas será Roger Chartier, onde expõem em sua obra “A História Cultural” (1990) afirmando que esta concilia novos domínios de investigação, como a exemplo da história social.

A nota de apresentação da obra ressalta que durante a obra Chartier trará a “história social demonstrando um conjunto de práticas e de objetos culturais interrogando a possibilidade de ir do discurso ao fato e a ideia da fonte

enquanto testemunho de uma realidade ou mero instrumento de mediação e que diante das duas tendências haverá duas possibilidades de analisar a realidade: as representações como realidade de múltiplos sentidos e a existências de práticas sociais que não poderão ser reduzidas a representações, pois revestem uma lógica autônoma” (1990, p. 10, 12).

Mediante a isso Chartier destaca novos objetos da questão histórica: “as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc” (1990, p. 14). Lembrando assim as inspirações da primeira geração, demonstrando que com esses novos objetos poderiam fazer alianças com outras ciências, como a linguística, estatísticas, sociologia, antropologia, entre outros.

A História Cultural para Chartier tem como “objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” [...] Segundo ele há vários caminhos, dentre eles o das ‘representações’, que são construídas, fundadas na razão e determinadas pelos interesses de grupos que os forjam (1990, p.17-18).

As representações do mundo social assim construídos, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 18)

Então para Chartier a “importância das representações se dá em compreender as construções pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção de mundo social”, a partir disso, ou seja, dessas construções a história cultural passa também a ser chamada de história das mentalidades. Sendo assim para Chartier a história é o estudo desses processos com os quais se constrói os sentidos e compreender as mais variadas práticas de construção do mundo como representação.

Segundo o autor a noção de mentalidade na historiográfica não visa o objeto nas ideias e nem nos fundamentos sócio-econômico da sociedade, mas sim na concepção mais ou menos comum aos seus praticantes, mesmo que retrate um indivíduo, ele sempre terá algo em comum com outros homens de seu tempo, onde a coletividade rege as representações e juízos dos sujeitos sociais. A história da mentalidade então propõe o estudo do cotidiano indo de encontro com a história das ideias que segundo Chartier é construído conscientemente pelo indivíduo. Partindo desse raciocínio de coletividade o autor sugere uma “redefinição do que deve ser a história das ideias reposta na exploração de conjunto mental coletivo” (1990, p.43).

O que diferencia a visão de Chartier sobre a história cultural (ou das mentalidades) das outras gerações dos Annales é de não mais analisar a cultura sobre o olhar sócio-econômico da sociedade, ou seja, sobre as condições materiais existentes, e sim sobre um olhar do comportamento humano e a atribuição que este imputa a sua realidade. Para essa análise o autor busca suas fontes na cultura escrita sobre tudo a literatura.

Para Jacques Le Goff assim como a história das sociedades evoluiu, a maneira de pensá-la também evoluiu. Por isso em 1988 ele publica uma nova edição da obra “A História Nova” que fez parte da obra coletiva *La nouvelle*

historire publicada em 1978 com a colaboração de Roger Chartier e Jacques Revel que compreende dez ensaios dos quais nove são sobre domínios ou conceitos chaves da nova história: longa duração, estruturas, antropologia histórica, mentalidade, cultura material, marginais, imaginário; ou áreas de conflitos sobre as quais precisa ser definido; e o décimo ensaio que conceitua e descreve a história da história nova (LE GOFF, 1998, p. 1).

A respeito da história nova Le Goff apresenta dois fenômenos gerais: o primeiro é seu sucesso, pois ela continua com a extensão dos desdobramentos, ou seja, a exploração dos terrenos conquistados (novos objetos, novas fontes, novos métodos) e o segundo a crise das ciências sociais e da própria noção social. Assim como na era Braduel a escola dos Annales continua com sua “ambição de uma história que englobe o conjunto da evolução de uma sociedade segundo os modelos globalizantes” (1998, p. 2-3), onde com a história-problema a história não se encerra somente na narrativa (1998, p. 6).

Para Le Goff o acontecimento se torna apenas a ponta do iceberg aonde este se torna revelador das estruturas como aponta o autor ao mencionar Jacques Revel, “o acontecimento agora permite ler o imaginário de uma sociedade para qual ele desempenha, ao mesmo tempo, o papel de memória e de mito” (1998, p. 7). Então para o autor a história nova vem de encontro com a história dos grandes acontecimentos afirmando que estes estão por detrás de transformações profundas ao longo da história.

Le Goff retrata nessa obra tanto “conceitos tradicionais que sofrem mudanças com a nova história como: arte, arqueologia, técnicas, ciências, história urbana, história rural, etc., quanto conceitos tradicionais, mas fundamentadas na história nova como: demografia histórica, história social, conjunturas, estruturas, preços, crescimento, desenvolvimento, entre outros e conceitos ligados mais diretamente a ela: computador, aculturação, aparelhagem mental, corpo, sexo, mito, imagem, etc” (1998, p. 17). Onde não será trabalhado com tais conceitos, tendo em vista suas amplas abordagens.

Na sua obra “História e Memória” (1990) um dos aspectos apresentado pela nova história é a memória. Segundo o autor a memória é a propriedade de conservar certas informações (1990, p. 424). E que ela está ligada aos alicerces da História, entrelaçando-se com o documento, monumento e a oralidade.

Para Le Goff, uma das características da forma científica da história é a memória coletiva, que tem como resultado a construção de materiais que a imortalizam. Estes matérias da memória se apresentam em duas formas: os monumentos, que é a herança do passado, e os documentos, escolha do historiador (1990, p. 535).

Sobre essas dois materiais Le Goff enfatiza que o primeiro era visto como um material historiográfico de valor contestável, pois a sua caracterização era dado pelo “poder de perpetuação, voluntário ou involuntariamente, das sociedades históricas (1990, p. 536) mediante testemunhos, em sua maioria não escrito. O segundo seria precisamente o testemunho escrito que possuía mais legitimidade, traria neutralidade sobre determinado fato.

Porém, Le Goff afirma que todo documento é monumento, tendo em vista que todo documento é criado mediante as escolhas e intenções de quem elabora, ou seja:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 545).

Ele ainda destaca a importância da valorização de todo material histórico como documento, independente de registro escrito, “os vestígios da cultura material, os objetos coleção, pesos, medidas, moeda, os tipos de habitação, a paisagem”, etc., ou seja, como já dizia Febvre [...] “a história pode ser feita com todos os documentos que são vestígios da passagem do homem” (LE GOFF, 1990, p. 546).

Mediante a discussão podemos observar algumas características gerais da Escola dos Annales como sua utilização de todo e qualquer documento como fonte; as alianças com outras ciências que pode abranger o campo de pesquisa, resultando em novos objetos de estudo: o social, a mentalidade, o imaginário, dentre outros, onde a partir desses objetos se definiu alguns passos metodológicos para o estudo das fontes analisando seus locais e meios de produção, compreender os conceitos empregando na produção dessas fontes, o período de produção entre outros que fazem parte de uma memória coletiva.

2. AS FONTES DE PESQUISA HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA AUSTRÍACA DE HISTÓRIA

Para compreender em linhas gerais a Escola Austríaca de História¹ é preciso ir as suas origens. Ela deriva da Escola Austríaca de Economia² foi fundada por Carl Menger em 1871, onde ele criou a teoria do valor e do preço utilizando do método da praxelgia (estudo da ação do homem) para prosseguir com as investigações teóricas da economia. Com a publicação de seu livro *Princípios de Economia Política*, Menger apresenta segundo Jesús Huerta de Soto (2010) o estudo da ciência econômica “baseado no ser humano considerando-o como ator criativo e protagonista de todo os processos e eventos sociais [...], abandonando o objetivismo que acredita na existência externas de tipo objetivo (classes sociais, agregados, fatores materiais de produção, etc) situando-se para a subjetividade do homem” (p.60).

Segundo Soto, Menger também introduziu a teoria sobre a origem e a evolução das instituições sociais, mediante as ações espontâneas dos indivíduos e não de grupos (coletivo). Sua contribuição foi ao explicar que a economia move-se através da espontaneidade e da ação humana resultando no aparecimento das instituições sociais.

Menger descobre que o aparecimento das instituições é resultado de um processo social constituído por uma multiplicidades de ações humanas e liderado por uma série de seres humanos, homens e mulheres concretos de carne e osso que, nas suas

¹⁻² Lembrando que os estudo sobre essa escola de pensamento ainda é muito recente no Brasil, sendo muito escasso documentos traduzidos para a língua portuguesa. Para maiores informações visite o site do Instituto Mises no Brasil <<http://www.mises.org.br/>>.

circunstâncias históricas particulares de tempo e lugar, são capazes de descobrir antes dos demais que podem atingir mais facilmente os seus fins adotando determinados comportamentos ordenados. Põe-se desta forma em funcionamento um processo descentralizado de tentativa e erro no qual tendem a preponderar os comportamentos que melhor coordenam os desajustamentos sociais, de maneira que, através deste processo inconsciente de aprendizagem e imitação, o avanço iniciado pelos seres humanos mais criativos e bem sucedidos nas suas ações se estende e é seguido pelo resto dos membros da sociedade (SOTO, 2010, p. 64).

Com o estudo mais aprofundado sobre essa escola de pensamento, é possível analisar uma contribuição recíproca entre ela e a História, ao observar a contribuição da Escola Austríaca de Economia sendo apresentada por Ludwig von Mises e Friedrich A. von Hayek que seguem o raciocínio de Menger de que o estudo da ciência econômica deve estar “baseado no ser humano considerando-o como ator criativo e protagonista de todo os processos e eventos sociais” onde consequentemente também será ator e protagonista dos processos e eventos históricos.

E para entender essa ação do homens Mises e Hayek acabam retribuindo a contribuição para com a História através de seus escritos que auxiliam os historiadores também a compreender as ações dos indivíduos, como a exemplo da obra “A contra-revolução da ciência (1952)” de Hayek e “A teoria e História (2007)” de Mises, entre outras obras.

A obra “A contra-revolução da Ciência de Hayek surgiu com intuito de ir de encontro com a teoria das ciências naturais, tais como a física e a biologia. Para Hayek

“Todo a ciência começa com a classificação. Nas ciências físicas, os objetos são classificados por características imutáveis que são mensuráveis e distinguíveis por testes controlados e objetivas. Mas não nas ciências sociais. As ciências sociais lidam com as ações dos homens. E os homens não são autômatos. Os homens pensam. Eles têm valores diferentes, objetivos variados e muitos fins. Homens escolhem entre alternativas. Eles agem propositadamente. Suas ações não podem ser classificadas, sem referências às suas subjetivas (pessoais) ideias, valores e metas. Os resultados de suas ações não podem ser quantificado, medido ou previsto com antecedência. Além disso, as mudanças estão sempre ocorrendo. As ideias, valores, objetivos, escolhas e ações dos homens variam de tempos em tempos, dependendo das condições reais e o conhecimento disponível para eles (GREAVES, *on line*, 2014 – nossa tradução).

Com este raciocínio Hayek vai de encontro com as ciências sociais que procuram analisar a sociedade como um todo, ignorando os indivíduos, suas ideias, valores e propósitos. Afirma que a origem das instituições sociais, como mercado, os preços, o dinheiro, a língua, a religião, etc, que fazem parte de uma sociedade e que fornece muitos benefícios para seus membros individuais é o resultado não planejados das ações de muitos indivíduos. Suas ideias,

suas ações intencionais ou espontâneas separados levaram involuntariamente para a formação das instituições.

Hayek também enfatiza a crítica dos métodos das ciências naturais aplicados nas ciências sociais. Pois o homem cria seu mundo a partir de seus sentidos. “O mundo da ciência, na verdade, poderia ser descrito como não mais do que um conjunto de regras que nos permite rastrear as conexões entre diferentes complexos de percepções do sentido”. O problema segundo o autor está na tentativa do método das ciências naturais aplicadas nas ciências sociais estabelecer tais regras gerais uniformes.

Mas quais são as consequências do fato que as pessoas percebem o mundo e uns aos outros através de sensações e conceitos que são organizados em uma estrutura mental comum a todos eles? O que podemos dizer com toda a rede de atividades em que os homens são guiados pelo tipo de conhecimento que eles têm e uma grande parte do que a qualquer momento é comum a maioria deles? (HAYEK, 1952, p. 24 – tradução nossa).

Segundo ele o problema que surge é o que os cientistas não tratam diretamente e, que os métodos que eles utilizam não são apropriado para este problema, ou seja, “a questão não é como a imagem do homem longe do mundo externo se encaixe nos fatos, mas como por suas ações, determinados pelos pontos de vista e conceitos que ele possui, o homem constrói um mundo do qual o indivíduo se torna parte” (p. 24, tradução nossa).

Segundo Hayek as ciências sociais estão preocupados com a ação consciente ou refletida do homem e que os estímulos externos podem ser definidas por termos puramente físicos. Mas se nós tentarmos fazê-lo para fins de explicar a ação humana veremos que poderá ocorrer reações de formas completamente diferentes com estímulos fisicamente idênticos

Então para Hayek “as pessoas se comportam da mesma forma para as coisas, não porque estas coisas são idênticas no sentido físico, mas porque eles têm apreendidos a classificá-los como pertencentes ao mesmo grupo, porque eles podem colocá-los para o mesmo uso ou efeito [...], por meio das ações baseadas na experiência (HAYEK, 1952, p. 26 – tradução nossa).

Frisamos que a abordagem subjetiva das ciências sociais diverge da abordagem objetiva das ciências naturais, motivo pelo qual não há a possibilidade do uso do mesmo método.

A sociedade é construída a partir dos conceitos e ideias realizadas pelas pessoas, mesmo que os fenômenos sociais podem ser reconhecidos e ter significados para nós, ele só são refletidos pelas mentes dos homens, ou seja, “é apenas em mentes individuais que as ideias diferentes podem agir sobre o outro, que não é a totalidade das mentes individuais em todo a sua complexidade, mas os conceitos individuais, os pontos de vista das pessoas formadas uma das outras e das coisas, que formam os verdadeiros elementos da estrutura social”, ou seja, que mesmo quando há ações conscientes dos homens produzem resultados não premeditados que beneficiam a outros indivíduos (HAYEK, 1952 – tradução nossa).

Porém o autor deixa claro que apesar das ciências sociais partir da visão que os fatos são ideias e conceitos dos indivíduos, não pode ser entendido no sentido de que todos os conceitos com os quais temos que lidar nas ciências sociais são desses personagens, pois sendo assim não haveria espaço para

qualquer trabalho científico. As ciências sociais visa a revisão dos conceitos populares como objetos de seus estudos.

Ludwig von Mises em sua obra “Teoria e História” enfatiza que o indivíduo não é apenas responsável, mas também o fator aleatório necessário para o movimento ao longo da história. Enfatiza que as pessoas são o motor principal da sociedade e que o progresso da história estabelece o quadro pelo qual todos os homens agem. Como a história avança, os indivíduos têm oportunidades de agir e redirecionar a história por suas próprias escolhas e ações que são promovidas por ideias, ou seja, que o “indivíduo é a força das mudanças sócias, sendo assim, as inovações não são realizadas por mente de um grupo, eles são sempre realizações de indivíduos [...] que inicia um novo método de fazer as coisas, e, em seguida, outras pessoas imitam seu exemplo” (MISES, 2007, p. 191 – tradução nossa).

Com esse raciocínio Mises vai de encontro com as teorias coletivistas que investigam a história a partir da mente coletiva ou mente social como se ela fosse um autoridade que age e pensa, onde ele defende que somente os indivíduos pensam e agem. “Somente indivíduos pensam e agem. Cada pensamento e cada ação humana são influenciados pelo pensamento e ações de seus pares. Estas influências são variadas”. Não há como pensar o indivíduo classificado em apenas um grupo, “mas um membro de grupos diferentes como a religião, a profissão, a política, sendo também afetado por tradições herdadas de seus antepassados, pela família, escola, vizinhança, e afins, ou seja, “o mesmo homem pode, no decorrer de um único dia, executar ações que façam com que ele pertença a grupos diferentes”.

É inútil falar das “atividades do indivíduo enquanto membro de um grupo”¹² ao mesmo tempo em que se omite as outras atividades do indivíduo. As atividades coletivas são, essencial e necessariamente, atividades de indivíduos que formam grupos para atingir os seus fins. Não existem fenômenos sociais que teriam se originado a partir das atividades de diversos indivíduos. O que gera uma atividade coletiva é o fim específico comum a estes indivíduos e a crença que estes indivíduos têm no fato de que a cooperação coletiva é um meio apropriado para obter o fim que buscam. Um grupo é produto dos desejos humanos e das ideias a respeito dos meios necessários para a realização destes desejos. Suas raízes estão nos julgamentos de valor de cada indivíduo e nas opiniões que estes têm acerca dos efeitos a serem esperados sobre os meios específicos (MISES, 2007, p. 258 – grifo do autor – tradução nossa).

Observamos então que para a Escola Austríaca a história é o registro da ação humana, e essa ação é as escolhas realizadas pelos indivíduos entre as condições menos satisfatória e as mais satisfatórias, sendo as ideias que determinam essas condições. Logo o tema principal do estudo da história são as ideias e seu objeto o indivíduo.

3. À GUIA DE CONCLUSÃO: CONTRAPONDO AS METODOLOGIAS DA ESCOLAS DOS ANNALES E DA ESCOLA AUSTRÍACA DE HISTÓRIA

Mediante o esboço aqui apresentado mesmo em linhas gerais podemos encontrar a contraposição entre os métodos das escolas aqui apresentada na visão de cada uma delas tem sobre a compreensão da história. Para os Annales com os métodos quantitativos, seriais, e o que mais marca a última geração a metodologia coletiva, olham para a história a partir de uma visão de grupos (de coletivos), ora as mulheres, ora as crianças, ora as crenças, ora a cultura como um todo, assim como a mentalidade. Partem desses grupos entre tantos outros para entender determinado fato histórico como um todo. Partindo dos estudos desses grupos para obter o resultado de uma história mais abrangente e totalizante.

Outro destaque da escola é sua aliança com as ciências sociais. Demonstra Chartier que a história social é um conjunto de práticas e objetos culturais e sua intenção é de desvendar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída. Seu método de análise é pensar essa realidade a partir de um coletivo, como determinado grupo visualiza sua realidade. Destaca ainda a importância de se compreender a construção dessa realidade e como ela é imposta sobre outros grupos. Na sua concepção, são os grupos que nas suas práticas comuns regem as representações e juízos dos sujeitos sociais, ou seja, do indivíduo.

Já o pensamento austríaco compreende a história a partir de uma metodologia individualista indo de encontro com as ciências sociais que procuram analisar a história, a sociedade como um todo, ignorando os indivíduos, suas ideias, seus valores e seus propósitos.

Analisando a sociedade a partir desse método, Mises e Hayek afirmam que os juízos, os valores, as instituições não têm suas origens no grupo, no coletivo, mas sim no indivíduo que faz parte não só de um grupo, mas de vários.

Afirmam que a origem das instituições sociais, como já citado, o mercado, os preços, o dinheiro, a língua, a religião e tantas outras, que fazem parte de uma sociedade beneficiando seus membros individuais são o resultado não planejados das ações de milhões de indivíduos, ou seja, suas ideias e ações intencionais ou espontâneas separados que levaram involuntariamente a formação das instituições e, não o coletivo que os planejou.

Mediante essa metodologia individualista, o pensamento austríaco demonstra que os indivíduos se comportam da mesma maneira para com as coisas, por eles têm apreendido a classificar suas ações pertencentes ao mesmo grupo, por apresentar o mesmo uso e efeito, conquistas que se dão por meio das ações baseadas na experiência. Sendo assim a Escola Austríaca de História vai de encontro com as teorias coletivas, como é o caso da Escola dos Annales, que investigam a história a partir da mente coletiva ou mente social.

BIBLIOGRAFIAS

BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e o seu lugar de produção.** Disponível em: <file:///C:/Users/Grazi/Desktop/15209-80988-1-PB.pdf>. Acessado em: 30 jun. 2014.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales.** São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** São Paulo: Editora Forense Universitária, 2002.

DE SOTO, Jesus Huerta. **A Escola Austríaca.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

GREAVES, Bettina Bien. **The Counter-revolution of science: studies on the abuse of by F. A. Hayek.** Disponível em: http://fee.org/the_freeman/detail/book-review-the-counter-revolution-of-science-studies-on-the-abuse-of-reason-by-f-a-hayek. Acessado em: 29 nov 2013.

HAYEK, F. A. V. **The counter-revolution of science.** Glencoe, Ill: Free Press, 1952.

LE GOFF, Jacques. **A história nova.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

MATOS, Júlia Silveira. **Tendências e debates: da escola dos annales à história nova.** Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2283>. Acessado em: 29 nov 2013.

MISES, L. v. **Theory and History.** Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2007.

PAYEN, Pascal. **A constituição da história como ciência no século XX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?** Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/250/180>. Acessado em: 29 nov 2013.

REIS, José Carlos. **A História, entre a filosofia e a ciência.** São Paulo: Editora Ática S.A, 1996.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. **História comparada:**

olhares plurais. Disponível em: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revista_hc/artigos/volume001_Num001_artigo003.pdf>. Acessado em: 30 jun. 2014.